



Estado, cultura e ideologia

desafios à invenção de uma cultura política nova no Brasil

Maria Inês Bomfim²

-
- 1 Uma primeira versão do presente artigo foi elaborada, em março de 2017, para o curso promovido em Buenos Aires, pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Políticas Culturales en América Latina: teorías, modalidades y estudios de caso, sob a coordenação da antropóloga Liliana Raggio, professora doutora da Universidade de Buenos Aires (UBA).
 - 2 Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora associada da Faculdade de Educação da UFF. *E-mail:* mariaines.uff@gmail.com

RESUMO

Partindo do exame crítico de um recente acontecimento na cena cultural brasileira, isto é, o embate ideológico entre o titular do Ministério da Cultura e o escritor Raduan Nassar durante a entrega do Prêmio Camões, em fevereiro de 2017, busca-se problematizar as possibilidades de uma “cultura política nova”, nos termos propostos por Marilena Chauí. Para tanto, o artigo resgata aspectos históricos, econômicos e políticos da formação social brasileira, a fim de compreender como a dominação autoritária se consolidou no país. Ressalta-se que as marcas do autoritarismo transcendem as formas de governo, pois dizem respeito à estrutura hierarquizada da nossa sociedade. Sublinha, entretanto, a necessidade de se considerar a cultura como alvo permanente de disputa de sentidos, inclusive no âmbito do Estado.

Palavras-chave: *Cultura política. Ideologia. Estado. Poder público.*

ABSTRACT

Starting from the critical examination of a recent event in the Brazilian cultural scene, that is, the ideological clash between the holder of the Ministry of Culture and the writer Raduan Nassar during the presentation of the Camões Prize in February 2017, we try to problematize the possibilities of a “new political culture”, under the terms proposed by Marilena Chauí. To do so, the article rescues historical, economic and political aspects of the Brazilian social formation, in order to understand how authoritarian domination was consolidated in the country. It is emphasized that the marks of authoritarianism transcend the forms of government, since they concern the hierarchical structure of our society. It emphasizes, however, the need to consider culture as a permanent target for the dispute of meanings, including within the State.

Keywords: *Political Culture. Ideology. State. Public Power.*

INTRODUÇÃO

A “invenção de uma cultura política nova”, nos termos propostos por Marilena Chauí (1995) é capaz de assimilar caminhos que se distanciem da tradição autoritária das políticas de Estado, e é o tema do presente estudo. A reflexão da autora decorre da experiência desenvolvida junto à Secretaria de Cultura do município de São Paulo, durante o Governo do Partido dos Trabalhadores (PT), entre 1989 e 1992. Os desafios daquele momento histórico e político eram múltiplos e tudo leva a crer que permanecem atuais. Em síntese, priorizavam:

Quebrar o poderio burocrático, fundado na hierarquia, no segredo do cargo e na rotina, isto é, em práticas antidemocráticas, uma vez que a democracia funda-se na igualdade (contra a hierarquia), no direito à informação (contra o segredo) e na invenção de novos direitos segundo novas circunstâncias (contra a rotina). (CHAUÍ, 1995, p. 71)

Neste artigo, pretende-se problematizar desafios à concretização de uma nova cultura política nas atuais condições concretas do Brasil, país onde o autoritarismo não é apenas uma forma de governo,

mas, essencialmente, o que identifica a estrutura da própria sociedade. “Na hierarquizada sociedade brasileira, as diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando obediência”. (CHAUI, 1995, p. 75) Para tanto, propõe-se o exame crítico de um recente acontecimento na cena cultural brasileira, isto é, o embate ideológico entre o então ministro da Cultura do Governo Temer, deputado federal Roberto Freire,³ e o escritor Raduan Nassar,⁴ vencedor do Prêmio Camões 2016. De modo ao fundamentar a discussão, busca-se, inicialmente, identificar nexos entre política, classe e ideologia. A seguir, para compreender a especificidade brasileira, retomam-se aspectos da formação econômico-social do país que explicam a tradição autoritária da nossa cultura política. Finalmente, nas considerações finais, apresentam-se desafios e apostas para a construção de uma nova cultura política na materialidade concreta do país.

O Prêmio Camões de Literatura, criado em 1988, procura a cada ano consagrar um autor de língua portuguesa pelo conjunto de sua obra. Trata-se de menção internacional instituída em virtude de um protocolo assinado entre países de língua oficial portuguesa visando ao reconhecimento de autores que tenham contribuído para o enriquecimento do patrimônio literário e cultural da língua. É, assim, um prêmio dos estados e não dos seus respectivos governos.⁵

-
- 3 Roberto Freire nasceu em Pernambuco, em 1942. Advogado, foi senador entre 1995 e 2002, várias vezes deputado federal por Pernambuco. Hoje, é deputado federal pelo estado de São Paulo, eleito pelo Partido Popular Socialista (PPS), que integrou a base política do presidente Michel Temer até a divulgação das denúncias de corrupção pela Procuradoria Geral da República, em junho de 2017. O então ministro da Cultura, Roberto Freire, optou por afastar-se do cargo, depois de rápida trajetória como titular da pasta. O PPS segue apoiando as propostas reformistas do governo Michel Temer.
 - 4 Raduan Nassar nasceu em 1935, no interior do estado de São Paulo. Mudou-se adolescente para a capital com a família, onde cursou Direito e Filosofia na Universidade de São Paulo (USP). Estreou na literatura em 1975, com *Lavoura arcaica*, na qual Nassar escreve sobre uma família, marcada pela figura autoritária do pai e pelo amor desmedido da mãe. Outros livros publicados: *Um copo de cólera* e *Menina a caminho* e outros textos.
 - 5 Em 2017, o premiado foi o poeta português Manuel Alegre.

No dia 17 de fevereiro de 2017, brasileiros e portugueses testemunharam momentos de tensão na cerimônia de entrega do prêmio Camões 2016, no Museu Lasar Segall, em São Paulo. O premiado, por decisão unânime de um júri independente, composto por representantes de vários países, foi o escritor brasileiro Raduan Nassar, como mencionado. A indicação do autor ocorreu em 2016, antes do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, sendo a cerimônia de premiação adiada várias vezes pelo governo Michel Temer. No evento, os anfitriões eram o embaixador de Portugal no Brasil, Jorge Cabral, a presidente da Biblioteca Nacional, Helena Severo, o diretor do Museu Lasar Segall, Jorge Schwartz e o então ministro da Cultura, deputado Roberto Freire, cujo partido integrava, naquela data, a base aliada do governo Michel Temer na Câmara Federal. Raduan Nassar, em virtude de posicionamentos anteriores, cumpriu o esperado. Não é um intelectual representante da chamada cultura ornamental. É um escritor do seu tempo e, por isso mesmo, estava sendo premiado pelo conjunto de sua obra. Em seu discurso, fez severas críticas ao processo político vivido no Brasil, qualificando os tempos atuais de sombrios. Referiu-se à invasão à sede do Partido dos Trabalhadores (PT) e à Escola Nacional Florestan Fernandes, mantida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), à prisão do coordenador do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), em manifestação recente na cidade de São Paulo. Definiu o atual governo como “repressor: contra o trabalhador, contra aposentadorias criteriosas, contra universidades federais de ensino gratuito [...]. Governo atrelado por sinal ao neoliberalismo [...] que vem desgraçando os pobres do mundo inteiro”. (NASSAR, 2017)⁶ Qualificou o Governo Temer como um governo de exceção, amparado pelo Ministério Público Federal e pelo Supremo Tribunal Federal, este último duramente criticado por decisões baseadas, segundo Nassar, em pesos distintos, dependendo do quê e de quem

6 O discurso, gravado em vídeo, também está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sLVzXVX8BVo>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

está em julgamento, e por não ter impedido a instauração do processo de *impeachment* da presidente Dilma. As últimas palavras de Raduan Nassar no evento foram: “não há como ficar calado”.

Por sua vez, o então ministro da Cultura, retrucou com veemência as críticas feitas ao *impeachment*, pelo premiado, defendendo a legitimidade de um Governo que, segundo Freire, apesar das diferenças, estava concedendo, democraticamente, uma premiação a um autor que o acusava de ilegítimo. Nesse momento, esquecendo-se de que havia um júri internacional e que o prêmio não era uma benesse do presidente Temer, Freire passou a defender o vínculo direto entre a premiação e o Governo, razão pela qual se sentia perplexo pelo fato de Nassar “se confundir nas suas críticas”, especialmente em relação à forma pela qual o atual presidente chegou ao poder.⁷

Ao optar pela defesa da legitimidade do governo do presidente Temer e do *impeachment* da presidente Dilma, o então ministro da Cultura perdeu a oportunidade de ouvir e refletir sobre as críticas feitas e que não são apenas do escritor. Pedindo respeito e educação à plateia, composta por intelectuais que, em sua maioria, se manifestavam de forma contundente, com vaias a ele, sugeriu que, sendo o prêmio também monetário, Raduan Nassar deveria ter recusado a premiação. Tratou o prêmio como uma mercadoria paga em parte com recursos de um Governo que estava sendo rechaçado.

Nas suas considerações finais, Freire esbravejou para a inquieta plateia: “não vai ter volta Dilma”, diante das exaltadas manifestações de “Fora Temer” de parte expressiva dos presentes. Chamando as críticas de “histriônicas”, mostrou, na verdade, o que Chauí (1995), com clareza, denominou de incapacidade para criar a esfera pública da opinião, expressão dos interesses de grupos e classes sociais diferenciados e/ou antagônicos.⁸

7 A íntegra do discurso do então ministro está disponível em vídeo em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WnUdWVmJFW4>>. Acesso em: 1 nov. 2017.

8 Marilena Chauí estava na plateia. Ela e o então ministro “trocaram farpas”. Disse a filósofa depois das críticas de Roberto Freire ao premiado: “O silêncio é precioso!”. Prontamente,

A discordância foi entendida, por Freire, como ignorância e atraso e não como forma diversa de compreender a realidade. As críticas a ambos os discursos foram rápidas tanto no Brasil, como em Portugal, expressão das fraturas existentes na sociedade brasileira. Mas, de forma geral, mesmo os que consideraram o discurso do autor inoportuno para a ocasião, reconheceram que não cabia ao então ministro retrucá-las, como se estivesse num debate eleitoral. Na argumentação de Freire, um ponto chamou a atenção. A insistente menção ao fato de que o prêmio estava sendo concedido a um adversário político, o que caracterizaria o estado democrático tão questionado pelo autor premiado e por parte da plateia. Afinal, o gesto caracterizado como de “tolerância democrática” do presidente Temer precisaria ser reconhecido.

POLÍTICA, CLASSE E IDEOLOGIA: A LUTA PELA HEGEMONIA

Seguramente, o embate ocorrido na cerimônia tinha natureza ideológica, assim como outros tantos que expressam a polarização vivida, no Brasil, desde a eleição para o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, em 2014. O domínio estrutural, vale assinalar, se exerce não só diretamente no próprio processo de produção, mas por meio de ideologias dominantes, expressão da relação das classes sociais. (CARDOSO, 1977)

A forte presença da ideologia da “não ideologia” também merece destaque no cenário político atual, pela ênfase à pregação de uma neutralidade impossível e repúdio generalizado a qualquer coisa que possa ameaçar a ordem estabelecida, o que também configura uma forma de conceber o mundo. A esse respeito, Antonio Gramsci esclarece que a luta pela hegemonia é a luta de ideologias dominantes. Cada camada social tem sua própria consciência e cultura. A estrutura ideológica da classe dominante tem na imprensa sua

Freire retrucou: “Deve ser porque sou de classe média”, em referência a um discurso da intelectual, em 2013, quando a autora atacou o posicionamento político da classe média brasileira.

parte mais dinâmica, embora não exclusiva. Tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura. (GRAMSCI apud LIGUORI, 2017)

A polarização vivida no Brasil tem fortes desdobramentos na vida social. Artistas historicamente consagrados na resistência política, que apoiaram a presidente Dilma, têm sido insultados em espaços públicos,⁹ bem como movimentos conservadores vão se revelando tanto nas redes sociais como nas manifestações populares e nas instituições públicas, inclusive nas universidades.¹⁰ Embora seja necessário estabelecer diferenças entre esses movimentos, reconhecê-las não significa ignorar a unidade que as aglutina. As reflexões de Leandro Konder são úteis no momento atual:

[...] todas as correntes conservadoras, religiosas ou leigas, otimistas ou pessimistas, metafísicas ou sociológicas, moralistas ou cínicas, cientificistas ou místicas, concordam em um determinado ponto essencial. Isto é: em impedir que as massas populares se organizem, reivindicuem, façam política e criem a verdadeira democracia. (KONDER apud COUTINHO, 2011, p. 47)

De forma ampla, pode-se ainda indicar que as expressões conservadoras traduzem a sensação, pelas elites, de um processo insuportável diante da ampliação de direitos sociais, promovida a partir do primeiro governo Lula da Silva, mesmo que essa ampliação tenha ficado bem longe dos patamares necessários. “A transformação de privilégios em direitos é desesperante para as elites, porque dilui sua própria condição de privilegiadas, sem a qual já não sabem bem quem são”. (RINESI, 2013, tradução nossa)

Tal sentimento é complexo e de difícil tradução, embora alguns episódios tenham ficado marcados, entre eles, o da manifestação nas redes sociais de uma professora universitária, pertencente a uma

9 É o caso do compositor Chico Buarque de Holanda, por exemplo.

10 Dois desses movimentos merecem destaque: Movimento Brasil Livre (MBL) e *Escola sem Partido*. Há muitos outros com matizes diferenciadas.

renomada universidade católica do Rio de Janeiro, profundamente incomodada com a presença dos mais pobres nos aeroportos. Sobre esse incômodo, o próprio Nassar, em 2016, escreveu em raro artigo no jornal *Folha de São Paulo*:

Sugiro a eventuais leitores, mas não aos facciosos que, nos aeroportos, torciam o nariz ao ver gente simples que embarcava calçando sandálias havaianas, que acessem o site Instituto Lula – o Brasil da Mudança. Poderão dar conta de espantosas e inconteste realizações. Limito-me a destacar o programa Luz para Todos, que tirou mais de 15 milhões de brasileiros da escuridão, sobretudo nos casebres do sertão nordestino e da região amazônica. E sugiro o amparo do adágio popular: pior cego é aquele que não quer ver [...]. Sem vínculo com qualquer partido político, assisto com tristeza a todo o artificioso esquema de linchamento a que Lula vem sendo exposto, depois de ter conduzido o mais amplo processo de inclusão social que o Brasil conheceu em toda a sua história. (NASSAR, 2016)

O incômodo das elites decorre, como mencionado, de determinados avanços sociais que os governos de centro-esquerda conseguiram implementar não apenas no Brasil, mas em vários outros países da América Latina. Ainda que, na região, a principal bandeira de ação tenha sido o desenvolvimento do capitalismo nacional, desconsiderando-se a preservação da relação de dependência da América Latina aos países centrais, a ampliação de direitos trouxe desconforto às classes privilegiadas, em níveis e modalidades diversos, nos diferentes países. De toda forma, como Mintegiuga (2012), analisando as mudanças no Equador, a partir da chegada à presidência de Rafael Correa, em 2007, é preciso considerar os limites de tais mudanças. A “crise de hegemonia do neoliberalismo” não pode ser confundida com a “crise do neoliberalismo”, uma doutrina ideológica e, ao mesmo tempo, coleção de práticas, característica do atual momento do capitalismo.

Para melhor compreender como a cultura política autoritária se estabeleceu no Brasil, buscamos resgatar aspectos históricos, econômicos e políticos da formação social brasileira. Embora as especificidades precisem ser respeitadas, tais aspectos podem, também, servir como chaves para análise das demais democracias liberais da América Latina.

ESTADO, CULTURA E IDEOLOGIA: ASPECTOS DA FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL DO BRASIL

O desenvolvimento capitalista brasileiro não ocorreu nas mesmas condições dos países centrais, como se sabe. No interior do capitalismo, os estados não podem se desenvolver simultaneamente e da mesma maneira já que, por definição, é exatamente a existência de regiões desiguais que garante o vigor do sistema capital.

Conforme Coutinho (2011), o que determina a formação econômico-social brasileira, incluindo a estrutura de classes, é o elemento escravista, responsável pela criação de faixas “médias” marginalizadas pelo sistema que se reproduzem em virtude do “favor” dos poderosos. Diferente do Peru e do México, por exemplo, não existia no Brasil uma significativa cultura autóctone anterior à colonização, que pudesse aparecer como nacional em oposição à universal. As classes fundamentais de nossa formação econômico-social colonial encontravam suas expressões ideológicas e culturais na Europa. Em outras palavras, a Europa teria concentrado também sob sua hegemonia formas de controle da cultura e, em especial, da produção do conhecimento. Não precisando legitimar sua dominação através da disputa de ideias, as classes dominantes incentivaram uma cultura ornamental, condenando os intelectuais que se recusaram a ser cooptados, pelo sistema à marginalidade no plano cultural e à repressão, fenômeno que não pode ser desprezado nas relações entre Estado e intelectuais no Brasil. Esse processo de cooptação, esclarece Coutinho (2011),

não obriga o cooptado a servir como ideólogo das classes dominantes, mas o pressiona a escolher formulações neutras e socialmente assépticas.

Além do vínculo estrutural da cultura brasileira à cultura universal, Coutinho (2011) apresenta uma outra “determinação histórico-genética” da cultura brasileira. Para o autor, a modernização econômico-social no Brasil não resultou de autênticas revoluções, mas da conciliação entre grupos opositores economicamente dominantes pela via de reformas “pelo alto”, sendo o Estado o local e o instrumento de conciliação de classes. Fortaleceram-se aqui os aparelhos burocráticos e militares que exercem a dominação autoritária, em detrimento do que Antonio Gramsci denominou de sociedade civil, isto é, “um conjunto de aparelhos ideológicos através dos quais uma classe ou um bloco de classes luta pela hegemonia ou pela capacidade de dirigir uma sociedade”, cuja debilidade promove a minimização de um dos papéis especiais da cultura: “o de expressar a consciência social em choque e de organizar a hegemonia ideológica de uma classe ou de um bloco de classes sobre o conjunto de seus aliados reais ou potenciais”. (COUTINHO, 2011, p. 47)

Compreende-se que o Estado é a forma concreta de um mundo produtivo e sua dominação não ocorre apenas por coerção, mas também pelo consentimento, o que lhe confere papel central no campo ideológico e cultural. Nesse tipo de Estado existe, certamente, uma classe dominante que controla direta ou indiretamente o aparelho governamental. Entretanto, o projeto político dessa classe não tem, necessariamente, o respaldo consensual do conjunto da sociedade, como pôde ser visto na cerimônia de entrega do Prêmio Camões 2016.

Algumas outras especificidades do caso brasileiro devem ser indicadas para que o processo de formação da nossa cultura política seja melhor compreendido. Em primeiro lugar, a burguesia brasileira descende da portuguesa e apenas nas primeiras décadas do século

XX, com o início da industrialização e as primeiras lutas operárias, a sociedade foi se tornando mais complexa. Só a partir daí é possível falar, no Brasil, do início do que poderia ser chamado de sociedade civil. Essa debilidade da sociedade civil brasileira foi ampliada com o golpe civil militar de 1964, que fechou imediatamente as instituições de organização cultural existentes. Complementa esse ciclo o fato de os meios de comunicação de massa passarem a ser propriedade de grandes monopólios.

Assim, não é sem motivo que o exercício pleno da cidadania continue restrito para muitos brasileiros, até mesmo na perspectiva do ideário liberal; a saúde e a educação tenham demorado tanto a se configurar como direitos universais no Brasil; o racismo persista, de forma camuflada ou ostensiva; as mulheres ainda sejam vítimas de discriminação e violência e o trabalho, essência da existência humana, “seja desvalorizado porque se trata de uma atividade desprezível, típica de um escravo, de uma ocupação dos ‘otários’, vítimas naturais do talento e da esperteza dos malandros urbanos”. (KONDER, 2000, p. 84) Da mesma forma, não é sem razão que as políticas culturais sejam secundarizadas nos governos autoritários ou descomprometidos com processos efetivamente democráticos, ignorando a cultura como bem público e direito de cidadania. (CHAUÍ, 1995; VICH, 2014)

Nessa perspectiva, deve-se destacar que uma das primeiras medidas tomadas pelo presidente Michel Temer depois do *impeachment* foi a tentativa de extinção do Ministério da Cultura, o que não se consolidou em virtude de forte reação por parte de artistas e de intelectuais. É nessa cena política que acreditamos ser necessário analisar o embate ideológico travado entre Nassar e Freire, compreendendo ideologia como uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada numa determinada época, capaz de promover estímulos efetivamente mobilizadores a ações socialmente viáveis dos sujeitos coletivos reais. (MÉSZÁROS, 2005)

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESAFIOS E APOSTAS EM RELAÇÃO À CRIAÇÃO DE UMA CULTURA POLÍTICA NOVA NO BRASIL

Quando Marilena Chauí (1995) afirma que a questão do autoritarismo não diz respeito apenas à forma de governo, mas à estrutura da própria sociedade brasileira, visceralmente autoritária, mostra que o Brasil não só conserva marcas da sociedade escravocrata como, também, é uma sociedade fortemente hierarquizada: “Nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece [...]”. (CHAUÍ, 1995, p. 75) Entre as várias manifestações desse autoritarismo, ressaltadas pela autora, destacamos duas: a indistinção entre o público e o privado e a incapacidade de trabalhar conflitos e contradições sociais e econômicas. Conflitos significam desordem e devem ser reprimidos, lembrando que o Governo Temer tem como *slogan* “ordem e progresso”.¹¹

Na cerimônia de entrega do Prêmio Camões 2016, o então ministro Roberto Freire, perplexo, criticou o premiado pelo fato de Raduan Nassar não considerar o *impeachment* da presidente Dilma um processo legítimo e democrático. Tentou apagar o centro do conflito político atual no país, no qual as ideologias de que “somos um país democrático, com instituições consolidadas” e de que “o Brasil não viveu um golpe, porque golpes requerem o uso da força” são hegemônicas. Buscou, também, defender um Governo cujo partido (PMDB)¹² e sua base aliada representam uma classe dominante conservadora e aterrorizada com a expansão de direitos sociais. Tal expansão, dentro dessa lógica, teria levado o país à forte recessão, impondo ajustes fiscais severos, nos moldes dos programas neoliberais já implementados em outros países.

.....
11 Nos governos Lula: Brasil, um país de todos. Nos governos Dilma Rousseff: Brasil, pátria educadora.

12 Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

O então ministro desconsiderou que a premiação não ocorria num espaço privado, mas público, em que as opiniões podem expressar interesses e direitos de grupos antagônicos ou diferenciados, porque a pluralidade dá substância à democracia e à cultura. Tratou, então, ignorando a presença do embaixador de Portugal, de desqualificar as manifestações críticas do premiado e as intervenções da plateia denominada, por ele, em entrevistas posteriores, de “claque” do Partido dos Trabalhadores (PT).¹³

Nos limites das considerações finais do presente trabalho avaliamos, em síntese, que a intervenção do então ministro na cerimônia tentou, sem sucesso, desmobilizar a luta no interior da sociedade civil, rechaçando uma manifestação ideológica que não se coloca a serviço do atual Governo, prática tradicional do autoritarismo político brasileiro: “que os intelectuais continuem a cultivar o seu intimismo à sombra do poder, deixando aos tecnocratas e aos antideológicos a discussão das questões centrais da vida pública”, diria com ironia Carlos Nelson Coutinho. (2011, p. 47)

A tendência de transformação social sem participação popular na história da formação social brasileira marca também o conteúdo da cultura. Em virtude dessa tradição elitista e autoritária, as massas são tradicionalmente excluídas das grandes decisões. A ideologia autoritária é base do campo político e de suas práticas, como visto. “Os partidos políticos são clubs *privés* das oligarquias regionais, arrebanhando a classe média em torno do imaginário autoritário (a ordem) [...]”. (CHAUI, 1995, p. 77) Com os eleitores, esses partidos tradicionais mantêm, segundo a autora, relações de cooptação, de favor e clientela, de tutela, sob inspiração da promessa salvacionista. Um dos últimos episódios de exclusão das massas brasileiras das grandes decisões foi a não realização de um plebiscito para a decisão sobre o afastamento da presidente Dilma Rousseff, eleita

.....

13 Cabe esclarecer que o deputado, desde 2004, é aliado do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), principal opositor aos governos petistas. Ao aceitar o convite para o Ministério da Cultura declarou que se sentia responsável pelos resultados do Governo, visto que participou do *impeachment* como deputado federal.

pelo voto popular, proposta rechaçada pelo Congresso, embora prevista na Constituição Federal do Brasil.

Diante disso, a invenção de uma outra cultura política que problematize o modo como a tradição autoritária opera na área a partir do Estado é essencial, mas pouco provável no atual quadro político estabelecido pós-*impeachment*. As bases de uma nova cultura política estão presentes apenas em governos que asseguram minimamente um regime democrático aberto à renovação social. A ruptura necessária não será pequena, nem desprezível, visto que as condições para que as massas se organizem, façam política, exerçam a democracia estão debilitadas.

Tal constatação não nega a potencialidade da oposição democrática empreendida no país. As redes sociais vêm se constituindo como espaços privilegiados nessa direção. O movimento secundarista estudantil ressurgiu e novas lideranças têm se afirmado. Juízes que não compartilham com determinados caminhos assumidos pelo poder judiciário têm se organizado em defesa da democracia. As universidades resistem, apesar da censura de alguns representantes do poder judiciário aos seus dirigentes, cobrando dos gestores públicos uma neutralidade impossível nos espaços mantidos pelo Estado.¹⁴

O consenso desejável às práticas do atual Governo junto às classes médias é tênue e os índices de popularidade do presidente Michel Temer são baixíssimos. Entretanto, na cena política brasileira, não podem ser desprezados os movimentos conservadores do ponto de vista político e moral e de natureza autoritária, embora com matizes diferentes, que pregam, inclusive, a volta dos militares ao poder.

.....

14 Dois episódios recentes servem de exemplo. Os reitores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Colégio Pedro II, a maior instituição pública federal de educação básica do Brasil, foram intimados judicialmente pelo Ministério Público. No primeiro caso, pela realização de debate entre candidatos ao Governo Estadual, no qual só compareceram os candidatos da esquerda, embora todos os demais tenham sido convidados. No segundo, pela fixação por alunos e sindicato docente, de cartazes com a frase "Fora Temer" em várias das unidades da instituição. Importante ressaltar que, no segundo caso, a denúncia foi feita por pais de alunos, um expediente que se tornou corriqueiro atualmente.

Os desafios à invenção de uma cultura política nova, portanto, são claros e concretos. O embate a que nos referimos sinaliza a distância entre a cultura política hegemônica em que o autorismo tenta frear a mudança histórica e uma nova cultura, comprometida com os direitos de cidadania da maioria, sem negar o pluralismo que deve alimentá-la. A luta pela hegemonia dessa cultura política certamente não se esgota na batalha ideológica.

Se é imperioso reconhecer que as condições do quadro político atual não estimulam a liberdade de crítica, como se viu no episódio que serviu de fonte para o presente estudo, apostar na cultura como momento privilegiado de luta pela democratização é um rico caminho.

O que defendemos, finalmente, é a necessidade de considerar a cultura como alvo de disputa permanente de sentidos, inclusive no âmbito do Estado. Não se trata de abraçar um estatismo acrítico, como esclarece Rinesi (2013), mas de compreender que o Estado não é um mecanismo unitário, mas um amalgama complexo de instituições, ideologias e história.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, M. L. *Ideologia do desenvolvimento Brasil: JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CHAUÍ, M. Cultura política e política cultural. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 23, p. 71-84, jan./abr. 1995.

COUTINHO, C. N. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

FREIRE tenta defender o golpe e é vaiado. [S.l.]: TV 247, 17 fev. 2017. 1 vídeo online (8 min 41 s), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WnUdWVmJFW4>>. Acesso em: 1 nov. 2017.

IDEOLOGIA. In: LIGUORI, G.; VOZA, P. (Org.). *Dicionário gramsciano: (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 398-402.

KONDER, L. *Os sofrimentos do “homem burguês”*. São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

- MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MINTEGUIAGA, A. Política y políticas sociales en el Ecuador reciente: dificultades asociadas a la salida del ciclo neoliberal. *Revista de Ciencias Sociales*, San Pedro, CR, n. 135-136, p. 45-58, 2012.
- NASSAR, R. Cegueira e linchamento. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 ago. 2016. Opinião, Tendências/Debates. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/08/1805156-cegueira-e-linchamento.shtml>>. Acesso em: 24 fev. 2017.
- NASSAR, R. Vivemos tempos sombrios. #carta, [S.l.], 17 fev. 2017. Cultura. Discurso proferido na cerimônia de entrega do Prêmio Camões 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/cultura/raduan-nassar-vivemos-tempos-sombrios>>. Acesso em: 19 fev. 2017.
- RINESI, E. De la democracia a la democratización: notas para una agenda de discusión filosófico-política sobre los cambios en la Argentina actual. A tres décadas de 1983. *Debates y Combates*, Buenos Aires, año 3, n. 5, jul./agosto 2013.
- VICH, V. Gestionar riesgos: agencia y maniobra en la política cultural. In: VICH, V. *Desculturizar la cultura: la gestión cultural como forma de acción política*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2014. p. 1-23.